



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E SEÇÕES ESPECIALIZADAS

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DE 3/3/2023
TRIBUNAL PLENO

Aos três dias do mês de março de dois mil e vinte e três, reuniu-se o TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, EM SESSÃO ORDINÁRIA, sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho Durval César de Vasconcelos Maia. Presentes os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho José Antonio Parente da Silva, Maria Roseli Mendes Alencar, Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior, Plauto Carneiro Porto, Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno, Jefferson Quesado Junior, Francisco José Gomes da Silva, Paulo Régis Machado Botelho, Clóvis Valença Alves Filho e João Carlos de Oliveira Uchoa. Ausentes, por motivo de férias, os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho Fernanda Maria Uchôa de Albuquerque e Emmanuel Teófilo Furtado. Presente, ainda, o Excelentíssimo Procurador Regional do Trabalho Nicodemus Fabrício Maia, representando o Ministério Público do Trabalho, e comigo, Alexei Rabelo Lima Verde, Secretário do Tribunal Pleno e Seções Especializadas, foi aberta a sessão pela Presidência. Registro, também, a presença dos nobres advogados Maria Clara Freitas de Mendonça, Lucas Ferreira Lobo, Tibério Carlos Soares Roberto Pinto e Letícia Albuquerque Cavalcante, inscritos para defesa oral. Inicialmente, o Presidente apresentou seus cumprimentos habituais. Saudou, em especial, o Excelentíssimo Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da Sétima Região, Juiz Hermano Queiroz Júnior, presente à sala de sessões, bem como os servidores do Regional, na pessoa deste Secretário e do Secretário Geral Judiciário Ednevaldo Medeiros Pereira. A seguir, propôs um voto de pesar pelo falecimento do servidor José Santos de Freitas Júnior, ocorrido em 17 de fevereiro de 2023. Os demais desembargadores presentes e o Excelentíssimo Procurador Regional do Trabalho aderiram à proposição. Em seguida, propôs um voto de congratulação à Desembargadora do Trabalho aposentada Maria José Girão pelo seu natalício, em 2 de março do corrente ano. Parabenizou também o Desembargador Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior, que fará aniversário no dia 4 de março de 2023. Todos se associaram às felicitações. Na sequência, o Desembargador Presidente facultou a palavra aos demais integrantes do órgão colegiado e ao Representante do Ministério Público do Trabalho. No ensejo, o Desembargador José Antonio Parente da Silva, propôs uma nota de repúdio às degradantes condições de trabalho, amplamente noticiadas pela imprensa, em vinícolas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. Considerou a situação uma vil deturpação do Instituto da Terceirização, ofensiva aos mais elementares princípios do Direito do Trabalho, ressaltando que uma manifestação de repúdio ao ocorrido sinalizará para a sociedade que este Tribunal considera tal prática um retrocesso inadmissível. Os demais desembargadores e o Procurador do Trabalho consignaram sua adesão à proposição. Em seguida, o Desembargador José Antonio Parente da Silva, a pedido do Desembargador

Jefferson Quesado Júnior, comunicou que o programa informativo “Minuto do Trabalho”, idealizado para esclarecer a população sobre eventuais dúvidas a respeito de direitos trabalhistas, assim como sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho e outros temas correlatos, será veiculado também pela TV Câmara Fortaleza, em sua grade televisiva, mediante acordo de cooperação técnica assinado, na administração da Desembargadora Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno, entre o Tribunal e a Câmara Municipal de Fortaleza. A seguir, o Presidente informou que se encontra em fase de estudos a criação da Ouvidoria da Mulher no âmbito deste Tribunal, para o enfrentamento de questões como a segregação, a discriminação, os assédios de toda ordem e outras práticas relacionadas à violência contra mulheres. Na sequência, o Diretor da Escola Judicial, Desembargador Paulo Régis Machado Botelho, divulgou a realização do curso “Ementas - Conceito, Finalidade e Técnica de Redação”, designado para o dia 15 de março do corrente ano, no auditório da Escola Judicial, a ser ministrado pelo Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Informou, ainda, que a Escola Judicial também realizará em seu auditório o colóquio “O Poder das Mulheres e as Mulheres no Poder”, previsto para o próximo dia 17 de março, com a participação das Excelentíssimas Senhoras Jade Afonso Romero, Vice-Governadora do Estado do Ceará; Augusta Brito de Paula, Senadora da República Federativa do Brasil; Deborah Cavalcante Oliveira Salomão Guarines, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; Andréa da Rocha Carvalho Gondim, Procuradora do Trabalho; e Ana Naddaf, Jornalista e Diretora-Executiva de Redação de “O Povo”. Para concluir, o magistrado agradeceu e ressaltou a importância da participação de todos. A seguir, o Desembargador Presidente saudou o Desembargador João Carlos de Oliveira Uchoa, que está participando de sua primeira sessão do Tribunal Pleno como desembargador deste Regional. Sem mais comunicados, foi iniciado o julgamento dos processos judiciais eletrônicos pautados para a presente data, com a oitiva dos advogados habilitados. Ao final da votação, restaram trinta e sete processos julgados. Consigno, também, que, iniciada a apreciação do mandado de segurança 0006259-25.2022.5.07.0000, o colegiado deliberou no sentido de retirar o feito da pauta de julgamento e encaminhá-lo ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas, para tentativa de acordo entre as partes, mediante designação de audiência de conciliação. Adiado o julgamento da ação anulatória de cláusula convencional 0005524-89.2022.5.07.0000. Adiado, também, o julgamento das ações rescisórias 0080066-15.2021.5.07.0000, 0080438-61.2021.5.07.0000 e 0000086-48.2023.5.07.0000, bem como do incidente de resolução de demandas repetitivas 0004711-62.2022.5.07.0000. Encerrada a pauta judicial, foram votadas as seguintes matérias administrativas: Edição de resolução normativa para alteração da Resolução Normativa TRT7 nº 12, de 4 de junho de 2021, que institui a Política de Inovação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e cria o Laboratório de Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (PROAD 1014/2023); Alteração da Resolução Normativa TRT7 nº 02/2022, que institui o Programa de Gestão Documental e Gestão da Memória deste Regional, para adequação da norma às disposições constantes da Resolução CSJT nº 325/2022, que institui a Política de Governança dos Colegiados Temáticos da Justiça do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (PROAD 1018/2023); Remoção do Desembargador Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior para a Primeira Turma Recursal do Tribunal (PROAD 1149/2023); Edição de resolução normativa para regulamentação do Centro Regional de Inteligência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e instituição da Comissão de Inteligência Judiciária (PROAD 1419/2023); Edição de resolução normativa para alteração da Resolução Normativa TRT7 nº 11, de 4 de junho de 2021, que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos no âmbito do Tribunal Regional

do Trabalho da 7ª Região (PROAD 1420/2023); Alterações na estrutura administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (PROAD 1442/2023); Convocação do Juiz do Trabalho Carlos Alberto Trindade Rebonatto, Titular da 18ª Vara do Trabalho de Fortaleza, para atuar neste Tribunal, no exercício exclusivo da função jurisdicional, no Gabinete da Desembargadora do Trabalho aposentada Maria José Girão (PROAD 1449/2023); Alteração dos anexos I e V da Resolução Normativa TRT7 nº 07, de 05 de agosto de 2022, que estabelece o Regulamento Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (PROAD 1458/2023); Edição de resolução normativa dispoendo, dentre outras providências, sobre a nova Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (PROAD 3213/2021); Edição de resolução normativa dispoendo sobre a nova Política de Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (PROAD 6835/2022); Nomeação do servidor Paulo Rogério da Cunha Moura para o Cargo Comissionado de Secretário da Corregedoria Regional (PROAD 7555/2022); Edição de resolução normativa para alteração da Resolução TRT7 nº 202, de 10 de agosto de 2008, que institui a norma de regência dos pedidos de magistrados para residir fora da comarca (PROAD 7704/2022); Edição de resolução normativa dispoendo, dentre outras providências, sobre o comparecimento presencial de Desembargadores do Trabalho à sede do Tribunal (PROAD 7704/2022); Edição de resolução normativa para, dentre outras providências, alterar a Resolução Normativa TRT7 nº 20, de 5 de novembro de 2021, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (PROAD 7704/2022); Autorização de afastamento, sem prejuízo da remuneração, da Juíza do Trabalho Substituta Maria Rafaela de Castro, lotada no Quadro Móvel da Corregedoria, para o prosseguimento de estudos no curso de Doutorado em Direito pela Universidade do Porto – Portugal (PROAD 48/2022); Processo administrativo de iniciativa do espólio de José Vasques Landim, representado pela inventariante, Sra. Clolírida Sampaio Landim, requerendo a incorporação de 1/10 (um décimo) em razão do exercício de Cargo em Comissão de Diretor de Secretaria (PROCESSO ADMINISTRATIVO 0010489-91.2014.5.07.0000); Registro, outrossim, que a Proposição da Presidência constante do PROAD 1250/2023, que trata da transformação de cargos no âmbito deste Sétimo Regional, integrou a pauta administrativa da presente sessão, entretanto, quando da apreciação da vertente matéria, o Excelentíssimo Presidente desta Corte decidiu retirar o feito da pauta, para julgamento em sessão posterior. Registro, por fim, que a presente sessão foi gravada e o conteúdo do vídeo com a íntegra das votações está disponível no *site* deste Tribunal no menu “Transparência – Gestão Judiciária – Sessões de Julgamento – Atas, Áudios e Vídeos”. Concluídos os trabalhos e nada mais havendo a deliberar, o Presidente agradeceu a todos e declarou encerrada a sessão e, para constar, eu, ALEXEI RABELO LIMA VERDE, Secretário do Tribunal Pleno e Seções Especializadas, lavrei a presente ata.